

ANA PAULA GUIMARÃES

**ALGUNS PROBLEMAS
JURÍDICO-CRIMINAIS
DA PROCRIAÇÃO
MEDICAMENTE ASSISTIDA**



Coimbra Editora

1999

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-0868-7

Depósito Legal n.º 131 156/99

Fevereiro de 1999

ÍNDICE

PALAVRAS PRÉVIAS	Págs.
.....	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	9

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO I AS TÉCNICAS DE PROcriação MEDICAMENTE ASSISTIDA

1. As técnicas de procriação medicamente assistida	19
1.1. Inseminação artificial: Noção e modalidades	21
1.2. Fertilização <i>in vitro</i> : Noção e modalidades	23
1.3. Injecção intracitoplasmática de esperma	26
2. Inseminação artificial homóloga	29
2.1. O problema face ao direito penal português (no Projecto de 1966, no Código Penal de 1982 e no Código Penal vigente)	29
2.2. Legislação portuguesa de natureza não criminal	32
2.3. A posição da Igreja Católica	33
2.4. O específico problema da inseminação <i>post mortem</i>	35
3. Inseminação artificial heteróloga	41
3.1. Principais questões	41
3.2. O problema face ao direito civil português	44
3.3. Problemas jurídico-criminais suscitados pela inseminação artificial heteróloga — a falta de consentimento do marido da mulher inseminada	47
3.4. O caso Carlos Faedda vs. Carla Casarotti. Crime de adultério?....	48
3.5. O projecto de incriminação de Giuseppe Gonella e Clemente Manco	52
3.6. Experiência brasileira	55

	Págs.
3.7. Experiência alemã.....	57
3.8. A posição da Igreja Católica.....	64
3.9. A atitude do legislador português face ao problema. O Código Penal Português.....	66
3.10. Algumas reflexões sobre a liberdade de investigação.....	72
3.11. O projecto da Comissão para o enquadramento legislativo das novas tecnologias.....	78
3.12. Critério legitimador da intervenção penal.....	82
4. Fertilização <i>in vitro</i>	99
4.1. Principais questões atinentes à fertilização <i>in vitro</i> : dissociação entre maternidade genética ou biológica, uterina e social ou afectiva. Os acordos de gestação.....	99
4.2. O problema do destino a dar aos embriões excedentários.....	106
4.3. A posição da Igreja Católica.....	109

CAPÍTULO II

AS NOVAS POSSIBILIDADES DE CONCEPÇÃO E MANIPULAÇÃO DO EMBRIÃO FORA DO CORPO MATERNO E A TUTELA JURÍDICO-PENAL DA VIDA HUMANA

1. As possibilidades da engenharia genética.....	113
2. A inviolabilidade do direito à vida do art. 24.º da CRP.....	118
3. A específica protecção da vida do nascituro. A interrupção voluntária da gravidez.....	120
4. Na Alemanha: Quinta Lei de Reforma Penal; a decisão do Tribunal Constitucional de 25 de Fevereiro de 1975. Décima Quinta Lei de Reforma Penal; a decisão do Tribunal Constitucional de 28 de Maio de 1993.....	125
5. Em Portugal. Conexões entre os campos normativos referentes ao direito constitucional e ao direito penal.....	129
5.1. A proclamação constitucional da inviolabilidade da vida humana vincula a sua protecção jurídico-penal?.....	131
5.2. Breve referência à articulação entre a ordem normativa constitucional e a ordem normativa penal na doutrina portuguesa.....	133
6. Determinação do começo da vida humana.....	147
6.1. A doutrina da Igreja Católica.....	147
6.2. Teoria da fecundação ou da formação do genótipo.....	152
6.3. Teoria da nidificação.....	154
6.4. Teoria da formação dos rudimentos do sistema nervoso central.....	158
6.5. Teoria das formações patológicas.....	159

	Págs.
7. De novo a interrupção voluntária da gravidez. A noção jurídico-penal de aborto e o bem protegido	159

CAPÍTULO III

**ESPECÍFICOS PROBLEMAS DA FECUNDAÇÃO
EXTRACORPORAL E O ALARGAMENTO
DO ÂMBITO DO CRIMINALMENTE RELEVANTE**

1. Específicos problemas da fecundação extracorporal	169
1.1. A selecção pré-implantatória	169
1.2. Embriões excedentários: experimentação, congelação e destruição....	183
2. Alargamento do âmbito do criminalmente relevante — o fenómeno da neo-criminalização. Novos bens jurídicos emergentes e novas formas de agressão a bens já existentes	189
2.1. A lei alemã de protecção do embrião	189
2.2. Os novos tipos legais no Código Penal Espanhol de 23 de Novembro de 1995	193
2.3. Em Portugal	195
2.3.1. O capítulo V do projecto da Comissão para o enquadramento legislativo das novas tecnologias sobre utilização de técnicas de procriação assistida relativo às infracções criminais	195
2.3.2. A proposta de novos tipos legais no Projecto da Comissão de Revisão do Código Penal vigente	197
CONCLUSÃO	203
BIBLIOGRAFIA	207